

# Escândalo da Sucad ainda dará trabalho

O novo presidente da República, Fernando Collor, terá de enfrentar um processo delicado nos próximos dias, contendo mais de 300 páginas, que no mês passado pousou nas mesas da Procuradoria Geral da República (PGR) do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Polícia Federal. Trata-se do prejuízo causado aos cofres públicos por cerca de 20 funcionários da Superintendência de Administração e Construção de Imóveis (Sucad), a imobiliária do Governo Federal, entre eles Aloysio Alves Filho, e quatro empresas do setor de construções de Brasília, uma delas do amigo pessoal do presidente, José Celso Gontijo, o proprietário sócio da Via Engenharia.

O prejuízo ao erário foi avaliado ontem em NCz\$ 105 milhões. O desvio dos recursos ocorreu, de acordo com inquérito administrativo feito pela Sucad, em novembro de 1988, quando as empresas Via Wagon, Golmar e Skema participaram de 21 contratos para reformas de 22 blocos de apartamentos funcionais da Superintendência localizada nas superquadras 412 e 413 da Asa Norte do Plano Piloto e nas quadras 913 e 1.045 do Cruzeiro Novo. No contrato, as empresas deveriam cumprir reformas na rede de esgoto, impermeabilização de calhas e rufos, eliminar infiltrações diversas e promover uma pintura geral nos prédios.

## Conivência

As reformas gerais não foram feitas, os blocos receberam uma pintura tosca e fora das especificações técnicas contratadas, mas as empresas conseguiram receber a fatura em prazo recorde: três dias após iniciadas as obras. Todos os pagamentos integrais, acertados em NCz\$ 600 mil à época, já haviam sido realizados. Para conseguir êxito na liberação das faturas, as empresas contaram com a conivência de funcionários da Sucad, segundo o inquérito. Um desses funcionários era o chefe de gabinete do ministro da Administração, Aloysio Alves Filho, quem autorizava os pagamentos às empreiteiras.

A autorização baseia-se em pareceres do corpo técnico da Sucad, entre eles o superintendente à época, Mário Eugênio de Almeida, do diretor de engenharia Ivan Guimarães; e do engenheiro-fiscal Márcio Lúcio de Souza Bastos que estava credenciado para verificar "in loco".